

www.pwc.com.br

***Vinci Vida e
Previdência S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório da administração

Senhores Acionistas, apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Vinci Vida e Previdência S.A. (Companhia). A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar planos de previdência complementar aberta e teve homologação pela SUSEP através da Portaria Susep nº 8059, de 24/11/2022, publicada em 30/11/2022 no Diário Oficial da União e iniciou suas operações em abril de 2023.

Desempenho

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com patrimônio líquido de R\$ 34.467 mil e prejuízo de R\$ 10.596 mil, principalmente em função do início das operações acarretando inicialmente em maiores despesas administrativas.

Responsabilidade Social

Divulgamos em nosso site, as principais ações sociais efetuadas pela Companhia. A listagem completa, contendo todas as nossas ações, estão no link: (<https://www.vincipartners.com/home/esg>)

Auditores Independentes

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria contábil e atuarial externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos seus colaboradores, parceiros e aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Vinci Vida e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vinci Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Vinci Vida Previdência S.A.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

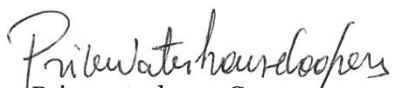


Vinci Vida Previdência S.A.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Designed by
Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Assinado por: Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira 8119390744
CPF: 8119390744
DataHora da Assinatura: 21 February 2025 18:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC-SingulartO Múltipla


Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-4

Vinci Vida e Previdência S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5(a)	559	12.739
Aplicações	5(b)	391.205	87.753
Títulos e créditos a receber		43	23
Créditos tributários e previdenciários		-	28
Despesas antecipadas		125	213
Total dos ativos circulantes		391.932	100.755
Ativos não circulantes			
Créditos tributários e previdenciários		54	41
Ativos de direito de uso	7	462	778
Imobilizado		10	-
Intangível	6	20.867	12.732
Total dos ativos não circulantes		21.393	13.552
Total dos ativos		413.325	114.307
Passivos e patrimônio líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivos circulantes			
Contas a pagar			
Obrigações a pagar		2.626	2.493
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		153	138
Encargos trabalhistas		232	176
Impostos e contribuições		10	8
Outros débitos			
Passivos de arrendamento	7	368	302
Depósitos de terceiros		426	-
Passivo circulante		3.814	3.117
Passivos não circulantes			
Provisões técnicas - Seguros			
Vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)	8	272.677	36.034
Provisões técnicas - Previdência complementar			
Planos não bloqueados (PGBL)	8	102.136	49.520
Outros débitos			
Passivos de arrendamento	7	230	572
Passivos não circulantes		375.043	86.126
Total dos passivos		378.857	89.244
Patrimônio líquido	9	34.467	25.063
Capital social		40.100	30.100
Aumento de capital (em aprovação)		10.000	-
Prejuízos acumulados		(15.633)	(5.037)
Total do passivo e patrimônio líquido		413.325	114.307

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		137.412	11.862
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(137.412)	(11.862)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		-	-
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		407	80
Despesas gerais e administrativas	10 (a)	(11.892)	(6.695)
Despesas com tributos		(96)	(192)
Outras receitas e despesas operacionais		(494)	-
Resultado operacional		(12.076)	(6.807)
Resultado financeiro	10 (b)	1.464	1.733
Resultado Financeiro, líquido		1.464	1.733
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(10.612)	(5.074)
Imposto de renda e contribuição social		16	(27)
Prejuízo do exercício		(10.596)	(5.101)
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	9 (c)	(0,30)	(0,34)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(10.596)	(5.101)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(10.596)</u>	<u>(5.101)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2023	10.100	10.000	6	58	-	20.164
Aumento de capital:						
Portaria CGRAJ/Susep nº 1.544 de 24/07/2023	10.000	(10.000)	-	-	-	-
Assembleia Geral Extraordinária de 26/09/2023	10.000	-	-	-	-	10.000
Portaria CGRAJ/Susep nº 1.842 de 19/12/2023	-	-	-	-	(5.101)	(5.101)
Prejuízo do exercício	-	-	(6)	(58)	64	-
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	(5.037)	25.063
Em 31 de dezembro de 2023	30.100	-	-	-	(5.037)	25.063
Em 1º de janeiro de 2024	30.100	-	-	-	(5.037)	25.063
Aumento de capital:						
Assembleia Geral Extraordinária de 26/03/2024	10.000	-	-	-	-	10.000
Portaria CGRAJ/Susep nº 2.069 de 01/07/2024	-	10.000	-	-	-	10.000
Assembleia Geral Extraordinária de 28/10/2024	-	-	-	-	(10.596)	(10.596)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	40.100	10.000	-	-	(15.633)	34.467

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(10.596)	(5.101)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	4.291	1.273
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16)	27
Outros	7	103
Variações nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(303.452)	(87.753)
Títulos e créditos a receber	(21)	(23)
Despesas antecipadas	89	(265)
Créditos tributários e previdenciários	30	(2)
Impostos e contribuições	(1)	(2)
Obrigações a pagar	205	2.609
Depósito de Terceiros	426	-
Provisões Técnicas	289.259	85.554
Caixa consumido nas operações	(19.780)	(3.581)
Imposto de renda sobre o lucro pago	-	(13)
Contribuição social sobre o lucro pago	-	(14)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(19.780)	(3.608)
Atividades de Investimento		
Ativo intangível desenvolvido internamente	(11.975)	(11.372)
Imobilizado	(12)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(11.987)	(11.372)
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	20.000	10.000
Dividendos pagos	-	(58)
Pagamento de passivo de arrendamento	(413)	(393)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	19.587	9.549
Redução de caixa e equivalente de caixa	(12.180)	(5.431)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.739	18.170
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	559	12.739

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Vinci Vida e Previdência S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") é uma empresa constituída no Brasil em 13 de junho de 2022. Seu endereço é na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, no bairro Jardim Paulistano, Edifício Plaza Iguatemi Business Center, salas nº 1.401 e 1.402, na cidade e Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a (a) realização de operações de seguro de pessoas, bem como a instituição e operação de planos de previdência privada aberta; e (b) participação em sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Companhia obteve autorização de funcionamento como seguradora de vida e previdência pela SUSEP através da Portaria Susep nº 8059, de 24/11/2022, publicada em 30/11/2022 no Diário Oficial da União e iniciou suas operações em abril de 2023.

A emissão das demonstrações financeiras pela administração da Companhia foi autorizada em 21 de fevereiro de 2025.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e mensuração

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas

. CPC 50 (IFRS 17 - Contratos de seguros) - Essa norma substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O CPC 50 passou a vigorar em 1º de janeiro de 2023, conforme orientação do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). No entanto, a norma ainda não foi aprovada pela SUSEP para aplicação pelas seguradoras brasileiras.

. Circular 666/2022 (Requisitos de Sustentabilidade) - Em junho de 2022, a SUSEP publicou a Circular SUSEP nº 666, que dispõe sobre os requisitos de sustentabilidade a serem observados pelas sociedades seguradoras. O normativo chama a atenção para os riscos de sustentabilidade, de forma a assegurar a efetiva integração no processo de gestão de riscos e estimular que aspectos de sustentabilidade sejam considerados na tomada de decisão das companhias, com objetivo de fomentar uma atuação cada vez mais resiliente e sustentável do mercado segurador. A Companhia encontra-se em processo de adequação. A norma entrou em vigor em 1º de agosto de 2022, com prazos para adequação até 2025.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras é uma norma contábil emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) no dia 9 de abril de 2024. O objetivo é substituir o IAS 1 e proporcionar informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

. Circular 678/2022 (IFRS 9/Instrumentos financeiros) - O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitiam para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38, exceto se outra data for requerida ou definida pelos órgãos reguladores. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com previdência privada considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Por meio da Circular SUSEP nº 678/2022, o CPC 48 foi recepcionado com vigência a partir de 2 de janeiro de 2024. Levando em consideração que os ativos estão mensurados a valor justo, que os produtos comercializados são de prazo certo sem risco de seguro e que a Seguradora está em fase de acumulação, apresentamos o quadro de comparabilidade na Nota 2.4.

Abaixo segue o comparativo das classificações dos ativos financeiros entre a antiga norma e a norma vigente.

Ativos Financeiros	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Valor Contábil CPC 38	Valor Contábil CPC 48	Ajustes
Cotas de fundos de investimento especialmente constituídos - FIE's	Mantido para negociação	Valor justo por meio do resultado	374.813	374.813	-
Fundos de investimentos	Mantido para negociação	Valor justo por meio do resultado	16.392	16.392	-

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

2.4 Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características de ser mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações e instrumentos de dívida, mantido em um modelo de negócios que cumpre seu objetivo tanto pela cobrança de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e seus termos contratuais, em datas especificadas, levam a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o principal valor em aberto.

(iii) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado.

2.5 Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

A Companhia classifica como contratos de seguro qualquer acordo por meio do qual o ela se comprometa a garantir ao segurado a indenização contra eventuais riscos referentes a uma pessoa ou coisa, em caso de ocorrência de um sinistro. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registradas quando do início do contrato, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

2.6 Provisões técnicas

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pela SUSEP. As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda prazo certo, mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com notas técnicas atuariais e com a regulamentação vigente (Circular SUSEP nº 648/2021).

Em 26 de abril de 2023 a Companhia passou a constituir provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) em virtude da comercialização dos planos PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), ambos na modalidade de contribuição definida. Os valores atualmente estão divulgados na nota 8.

A PMBaC refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada. Particularmente para os planos de previdência das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante de contribuições aportados pelos participantes, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Ativo intangível

Software de computador

As licenças de software de computador adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e colocar em uso o software específico. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de programas de computador são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a projetos e teste de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o produto de software para que esteja disponível para uso.
- A gestão pretende usá-lo ou vendê-lo.
- Existe a capacidade de usar ou vender o produto de software.
- Pode ser demonstrado como o produto de software irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o produto de software estão disponíveis.
- Os gastos atribuíveis ao produto de software durante seu desenvolvimento podem ser medidos de forma confiável.

Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Os métodos e prazos de amortização utilizados pela Companhia para ativos intangíveis estão descritos na Nota 6.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento anteriormente registrados como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são revisados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a administração não identificou nenhum evento que pudesse impactar o valor recuperável dos ativos intangíveis.

2.8 Arrendamentos

O custo do ativo de direito de uso deve compreender o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ao valor presente. O passivo de arrendamento deve ser mensurado ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que ainda não foram efetuados. O arrendatário apresenta as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento separadamente do encargo de depreciação para o ativo de direito de uso.

Os ativos de direito de uso estão relacionados à locação de imóvel na cidade de São Paulo para utilização da Companhia. Os contratos de arrendamento por *leasing* transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O contrato de locação do imóvel está mensurado pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento descontado a valor presente por indexador existente no contrato considerando a vigência do mesmo. Contratos de aluguel com prazo indeterminado são calculados considerando a média por tempo de permanência de contrato. Os valores atualmente registrados nas linhas de Ativos de direito de uso e Passivos de arrendamento estão divulgados na Nota 7.

2.9 Fornecedores

Estes montantes representam passivos da Companhia realizados antes do final do exercício que não foram pagos. Esses valores geralmente são pagos em até 30 dias após o seu reconhecimento. Os fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo circulante, a menos que o pagamento não seja devido em até 12 meses após o período de relatório. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado.

Quando houver várias obrigações semelhantes, a probabilidade de que uma saída seja exigida na liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações possa ser pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretação. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos montantes que se espera que sejam pagos às autoridades fiscais.

A Companhia reconhece passivos para situações em que seja provável que impostos adicionais sejam devidos. Quando o resultado fiscal final dessas questões for diferente dos valores inicialmente registrados, tais diferenças impactarão os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que tal determinação for feita.

A provisão de imposto de renda é apurada sobre lucro tributável pela alíquota de 15% e adicional de 10% no que exceder a R\$ 60 trimestralmente, enquanto a contribuição social é apurada pela alíquota de 15%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou quando promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas como patrimoniais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos proventos.

Dividendos

A provisão é feita a partir de uma obrigação legal ou para o valor de qualquer dividendo declarado, sendo devidamente autorizado e não mais a critério da Companhia, até o final do período de relatório, mas não distribuído no final do período de relatório.

Lucro por ação

(i) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é dividido por:

- o lucro atribuível aos proprietários da Companhia;
- pela média ponderada de ações em circulação durante o exercício, ajustado pelos elementos de bonificação em ações emitidas durante o exercício e excluindo ações em tesouraria.

(ii) Diluição dos lucros/prejuízos por ação

O lucro/prejuízo diluído por ação ajusta os números usados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração:

- o efeito após o imposto de renda de juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras, e;
- a média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3 Estimativas contábeis e julgamentos

A Companhia faz estimativas e premissas sobre o futuro, com base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. As estimativas contábeis resultantes, por definição, poderão não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. Em 31 de dezembro de 2024 as principais estimativas e premissas feitas pela Companhia compreendem a provisão para a mensuração do valor justo de ativos financeiros, estimativas e premissas relacionadas aos fluxos de arrendamento, incluindo a avaliação da taxa contratual aplicada, e a análise da vida útil e *impairment* de ativos intangíveis.

4 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, e risco de subscrição conforme definidos a seguir: A gestão desses riscos envolve diversos níveis da Companhia e compreende uma série de políticas e estratégias. A gestão de risco da Companhia centra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura mitigar potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Fatores de riscos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas quando relevantes para adicionar mais informações.

A gestão de risco da Companhia é predominantemente controlada por um departamento de avaliação de risco sob processo e controles aprovados pela administração.

(a) Risco de crédito

(i) Gestão de risco

Em 31 de dezembro de 2024, as perdas de crédito esperadas são consideradas imateriais devido aos curtos vencimentos dos depósitos e à qualidade de crédito da contraparte, que possuem rating de crédito AAA avaliado pela Fitch Ratings. A Companhia não sofreu perdas de caixa e equivalentes de caixa desde a sua criação.

(b) Risco de mercado

(i) Risco de juros

O resultado da Companhia é sensível à maior/menor receita de juros de recursos próprios de renda fixa como resultado de mudanças nas taxas de juros.

A tabela abaixo resume a sensibilidade das mudanças nas taxas de juros.

	Impacto Lucro/Prejuízo	
	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de juros - aumento de 150 bps	246	105
Taxas de juros - decréscimo de 200 bps	(328)	(149)

* Mantendo todas as outras variáveis constantes.

Essa análise indica que se ocorrer variações significativas nas taxas de juros, a Companhia não terá impacto significativo em seus recursos próprios, honrando todos os compromissos assumidos.

(c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa e títulos negociáveis suficientes e a disponibilidade de recursos por meio de linhas de crédito compromissadas em montante adequado para cumprir as obrigações no vencimento e encerrar as posições de mercado. Ao final do exercício, a Companhia mantinha depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata no valor de R\$ 16.951 com expectativa de geração imediata de entradas de caixa para gerenciamento do risco de liquidez.

Esta seção apresenta uma análise de liquidez para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação de liquidez imediata*	16.951	12.739
Títulos e créditos a receber	43	23
Obrigações a pagar	(2.626)	(2.493)
Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)	(598)	(1.124)
Exposição ao risco de liquidez	13.770	9.395

* Conta corrente, operações compromissadas e LFT disponíveis em D+0 aplicados através de fundos de investimentos.

Vencimento dos passivos financeiros

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento relevantes com base em seus vencimentos contratuais para passivos financeiros significativos.

Vencimento dos passivos financeiros em	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
31 de dezembro de 2024				
Obrigações a pagar	(2.626)	-	-	(2.626)
Passivos de arrendamento	(368)	(230)	-	(598)
Total	(2.993)	(230)	-	(3.224)

(d) Risco de subscrição

O risco de subscrição está relacionado com a possibilidade de ocorrência expectativas de perdas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para as provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de previdência.

O risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos aceitos, realizados por uma equipe especializada nos ramos alvo da Seguradora e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros e previdência.

A tabela abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de contribuições de previdência.

Região Geográfica

	<u>31/12/2024</u>		
	<u>PGBL</u>	<u>VGBL</u>	<u>Total</u>
Centro Oeste	40	18	58
Sudeste	86.232	267.186	353.419
Nordeste	15.606	154	15.760
Sul	237	5.318	5.555
Norte	19	1	20
Total	102.136	272.677	374.813

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Região Geográfica	31/12/2023		
	PGBL	VGBL	Total
Centro Oeste	1	-	1
Sudeste	35.065	35.962	71.027
Nordeste	14.429	9	14.438
Sul	25	63	88
Total	49.520	36.034	85.554

(e) Garantia das provisões técnicas

Ao comparar os saldos das reservas técnicas com os recursos próprios, a disponibilidade da empresa supera a necessidade de recursos para garantia dos compromissos assumidos com nossos clientes.

	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Própria	16.392	2.199
Cotas de fundos de investimentos (Planos PGBL e VGBL)	374.813	85.554
Total de ativos dados em garantia	391.205	87.753
Provisões técnicas - Seguros e Previdência complementar	374.813	85.554
Excedente de ativos vinculados	16.392	2.199

5 Composição dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Seção	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	559	12.739
Títulos e créditos a receber		43	23
Cotas de fundos de investimentos (Planos PGBL e VGBL)	(b)	374.813	85.554
Carteira Própria	(b)	16.392	2.199
Total		391.807	100.514
Passivos financeiros			
Obrigações a pagar	(c)	2.626	2.493
Passivos de arrendamento	(c)	598	874
Total		3.224	3.367

A exposição da Companhia aos riscos associados aos instrumentos financeiros é demonstrada na Nota 4. A exposição máxima ao risco de crédito no final do período de relatório é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros mencionados acima.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	559	4
Certificados de depósitos bancários (i)	-	12.735
Total	559	12.739

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem valores em caixa, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos que sejam prontamente conversíveis em montantes de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações

Valor justo por meio do resultado	Valor justo	Valor Contabilizado	Sem Vencimento	31/12/2024			
				Até 90 dias	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL	374.813	374.813	208.834	26.693	53.811	29.906	55.354
Cotas de Fundos de Investimentos	208.836	208.836	208.834	-	-	-	-
Depósito a prazo com garantia especial - DPGE	6.521	6.521	-	-	-	6.521	-
Operações Compromissadas	16.772	16.772	-	16.772	-	-	-
Ações	685	685	-	685	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	88.106	88.106	-	-	17.770	14.982	55.354
Opções	3	3	-	3	-	-	-
Outros*	(160)	(160)	-	(160)	-	-	-
Letras Financeiras	5.709	5.709	-	649	3.808	1.252	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	48.339	48.339	-	8.954	32.233	7.152	-
Fundo de Investimento - Carteira própria	16.392	16.392	-	3.170	1.150	12.071	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	13.222	13.222	-	-	1.150	12.071	-
Operações Compromissadas	3.167	3.167	-	3.167	-	-	-
Outros	3	3	-	3	-	-	-
Total	391.205	391.205	208.834	30.073	54.961	41.979	55.354

(*) Representam caixa e valores a receber e pagar.

O valor justo das aplicações foi obtido a partir dos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. e Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, não havendo títulos ao custo amortizado em 2024.

Valor justo por meio do resultado	Valor justo	Valor Contabilizado	Sem Vencimento	31/12/2023			
				Até 90 dias	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL	85.554	85.554	1.392	16.047	338	7	67.770
Cotas de Fundos	1.392	1.392	1.392	-	-	-	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	23	23	-	-	-	6	17
Operação Compromissada	5.947	5.947	-	5.947	-	-	-
Contrato DI futuro	(340)	(340)	-	-	(340)	-	-
Contrato futuro de dolar	(10)	(10)	-	-	(10)	-	-
Contrato futuro Bovespa	679	679	-	-	679	-	-
Contrato futuro de S&P	10	10	-	-	10	-	-
Ações	2.454	2.454	-	2.454	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	58.871	58.871	-	58.871	-	-	58.871
Opção	694	694	-	14	-	-	680
Outros	(556)	(556)	-	(556)	-	-	-
Letra Financeira do Tesouro	16.390	16.390	-	8.188	-	-	8.202
Carteira própria	2.199	2.199	-	1.149	-	-	1.050
Letra Financeira do Tesouro	1.050	1.050	-	-	-	-	1.050
Operação Compromissada	1.149	1.149	-	1.149	-	-	-
Total	87.753	87.753	1.392	17.556	338	7	68.820

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

	31/12/2024			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros				
Cotas de fundos de investimentos	-	391.205		391.205
Outros*	-	602		602
Ativos financeiros - Total	-	391.807		391.807

(*) Representam caixa e valores a receber

	31/12/2023			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros				
Cotas de fundos de investimentos	-	87.753	-	87.752
Certificados de depósitos bancários	-	12.739	-	12.739
Outros*	-	23	-	23
Ativos financeiros - Total	-	100.515	-	100.514

Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Movimentação Aplicação Financeira	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	87.753	-
Aplicações	316.554	84.753
Resgates	(24.052)	(10)
Rendimentos	10.950	3.012
Total	391.205	87.753

6 Ativo intangível

Os ativos intangíveis são compostos por gastos com o desenvolvimento de software para o sistema operacional da Companhia. Com o início das operações em abril de 2023, os benefícios econômicos deste software já estão sendo usufruídos, conforme apresentado em sua amortização.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia avalia em cada data de relatório se existe indicativo de que um ativo intangível possa não ser recuperável. Não houve indicativo de redução do valor recuperável dos ativos intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A administração estima que o ativo terá uma vida útil de 5 anos.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	12.732	2.221
Adições	11.975	11.732
Amortização	(3.841)	(1.221)
Saldo final	20.867	12.732

7 Arrendamentos

Esta nota fornece informações para arrendamentos em que a Companhia é arrendatária.

(i) Valores reconhecido no balanço patrimonial

O balanço patrimonial mostra os referidos valores referentes aos arrendamentos financeiros:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<i>Direto de uso</i>		
Escritório São Paulo	462	778
Total	462	778
<i>Arrendamento financeiro - passivo</i>		
Escritório São Paulo	(598)	(874)
Total	(598)	(874)
Curto prazo	(368)	(302)
Longo prazo	(230)	(572)
Total	(598)	(874)

A partir de dezembro de 2022 a Companhia assumiu um compromisso de arrendamento, adicionando ao direito de uso e passivo de arrendamento financeiro considerando os fluxos de pagamentos futuros, descontado a valor presente pela taxa de 15% a.a.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Provisões técnicas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ajuste de TAP*	-	-
VGBL	272.677	36.034
PGBL	102.136	49.520
Total	374.813	85.554
Saldo início do exercício	85.554	-
Contribuições	137.412	11.862
Portabilidades	166.412	70.882
Atualização monetária	9.488	2.820
Resgates	(24.052)	(10)
Saldo final do exercício	374.813	85.554

*De acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021, foram avaliadas as carteiras que compõem as provisões técnicas, ou seja, o segmento de previdência complementar aberta (PGBL) e seguro de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL). O estudo é composto pela projeção dos fluxos dos compromissos assumidos até a data-base e pela distribuição da liquidação destes compromissos no período futuro, trazida a valor presente pela ETTJ e comparada com as provisões técnicas constituídas.

Neste trabalho técnico, foram avaliados todos os passivos atuariais nos segmentos de riscos operados pela Companhia, que são especificamente as carteiras de planos de acumulação do tipo PGBL e VGBL e não foi identificada a necessidade de ajuste nas provisões técnicas para a data-base de 31 de dezembro de 2024.

9 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 26 de setembro de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R\$ 10.000 através da emissão de 10.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O documento societário foi protocolado na SUSEP e aprovado em 19 de dezembro de 2023.

Em 26 de março de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R\$ 10.000 através da emissão de 10.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O documento societário foi protocolado na SUSEP e aprovado em 1º de julho de 2024.

A composição acionária da Companhia é apresentada na tabela abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Acionistas	Quantidade	Quantidade
Vinci Holding Securitária Ltda.	40.100.099	30.100.099
Vinci Partners Investimentos Ltda.	1	1
Total	40.100.100	30.100.100

Em 28 de outubro de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R\$ 10.000 através da emissão de 10.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e permanecendo pendente de aprovação pela SUSEP em 31 de dezembro de 2024.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como de parcela de dividendo mínimo.

Não houve pagamento de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

c) Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

O lucro (prejuízo) por ação básico é computado pela divisão lucro (prejuízo) do período pela média ponderada das ações em circulação no período, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP.

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico encontra-se divulgado a seguir:	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(10.596)	(5.101)
Número ponderado de ações em circulação	<u>35.127</u>	<u>14.867</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais)	(0,30)	(0,34)

d) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e exigência de capital

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da companhia é superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme Resolução SUSEP nº 432 de 12 de novembro de 2021, conforme abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio Líquido	<u>34.467</u>	<u>25.063</u>
Ajustes Contábeis		
Intangível (-)	(20.867)	(12.733)
Despesas antecipadas (-)	(125)	(213)
Ativo diferido (-)	<u>(54)</u>	<u>(38)</u>
Patrimônio Líquido Ajustado (a + b + c + d)	<u>13.421</u>	<u>12.079</u>
PLA de nível 1 (a)	13.421	12.079
PLA de nível 2 (b)	-	-
PLA de nível 3 (c)	-	-
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e nível 3 (d)	-	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA	-	-
Capital mínimo requerido (e)	8.100	8.100
Capital de Risco baseado no Risco de Subscrição	737	26
Capital de Risco baseado no Risco de Crédito	12	517
Capital de Risco baseado no Risco Operacional	687	68

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Qualidade da cobertura CMR		
a) no mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; (a / e)	166%	149%
b) no máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; (c / e)	0%	0%
c) no máximo 50% serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 ((b + c) / e)	0%	0%
Suficiência (PLA - CMR) (f = a + b + c + d - e)	5.322	3.979
Suficiência % (f / e)	66%	49%

10 Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

(a) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas com pessoal	(4.768)	(3.419)
Serviços de terceiros	(2.074)	(1.251)
Amortizações	(4.291)	(1.273)
Outras despesas	(760)	(762)
Total	(11.892)	(6.695)

(b) Resultado financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendimentos de equivalentes de caixa e carteira própria	1.464	1.733
Receita com fundos de investimentos (PGBL/VGBL)	9.488	2.820
Atualização monetária das provisões técnicas (PGBL/VGBL)	(9.488)	(2.820)
Resultado financeiro	1.464	1.733

11 Imposto de renda e contribuição social

Os resultados inerentes à base de cálculo imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) são apurados através regime de lucro real. O valor apurado para o IRPJ e CSLL sobre o resultado do período é o demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo antes da provisão para IRPJ/CSLL	(10.612)	(5.074)
Alíquotas nominais vigentes	40%	40%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	4.245	2.030
Créditos fiscais diferidos não registrados (*)	4.245	2.030

(*) Dado que a Seguradora encontra-se na fase inicial de suas atividades e em fase de acumulação, sem histórico de lucros tributáveis, não constituímos créditos fiscais diferidos para o exercício.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Transações com Partes Relacionadas

A Companhia utiliza a mesma estrutura de custos do Grupo Vinci, onde as despesas com remuneração do pessoal-chave da administração são custeadas pelo Grupo.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Diretor Presidente
Vinicius José de Almeida Albernaz

Diretor Administrativo e Financeiro
Gustavo Rezende Duarte de Miranda Vieira

Atuário
Roberto Carlos Pereira do Lago
MIBA nº 835

Contador
Gloria Cunha dos Santos
CRC - RJ 059.507/O-0

Certificate Of Completion

Envelope Id: 6B8573E4-F120-47EF-BEA8-A94A26976A37
 Subject: Complete with Docusign: VINCIVIDAEPREV24.DEZ_...pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 26
 Certificate Pages: 2
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed
 Envelope Originator:
 Luiza Macedo
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 luiza.macedo@pwc.com
 IP Address: 134.238.168.244

Record Tracking

Status: Original 21 February 2025 17:55	Holder: Luiza Macedo luiza.macedo@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 21 February 2025 18:15	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
 anibal.oliveira@pwc.com
 Sócio
 PwC BR
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
 Signature Issuer: AC SyngularID Multipla

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 608F93319949483...

Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 34.100.9.85

Timestamp

Sent: 21 February 2025 | 17:57
 Viewed: 21 February 2025 | 18:05
 Signed: 21 February 2025 | 18:15

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Luiza Macedo
 luiza.macedo@pwc.com
 PwC BR

COPIED

Sent: 21 February 2025 | 18:15
 Viewed: 21 February 2025 | 18:15
 Signed: 21 February 2025 | 18:15

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via DocuSign

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	21 February 2025 17:57
Certified Delivered	Security Checked	21 February 2025 18:05
Signing Complete	Security Checked	21 February 2025 18:15
Completed	Security Checked	21 February 2025 18:15

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------

www.pwc.com.br

Vinci Vida e Previdência S.A

***Parecer dos auditores atuariais independentes
31 de dezembro de 2024***

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Vinci Vida e Previdência S.A

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Vinci Vida e Previdência S.A** (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, “itens auditados”), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.




Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Vinci Vida e Previdência S.A** em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2025.


PriceWaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

DocuSigned by
Vinicius Oliveira Cekaroli
Signed By: VINICIUS OLIVEIRA CECAROLI.38227435858
CPF: 38227435858
Signer Role: Sicoop
Signed Time: 21 February 2025 | 19:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Issuer: AC SyngularID Multiple


Vinicius Oliveira Cekaroli
MIBA 2699